

Sumário

INTRODUÇÃO.....	21
1. BOA-FÉ NO PROCESSO CIVIL.....	31
1. Boa-fé subjetiva e objetiva	31
2. Boa-fé como cláusula geral ou conceito jurídico indeterminado.....	37
3. Boa-fé como princípio.....	52
4. Concreções solidificadas do princípio da boa-fé.....	61
5. Boa-fé no processo civil – sobre a absorção da boa-fé do direito privado.....	68
6. Boa-fé no processo civil – <i>standard</i> de comportamento..	79
7. Boa-fé no processo civil – função interpretativa e presunção de boa-fé	84
8. Relação entre princípio da boa-fé processual e cooperação processual.....	88
2. DESLEALDADE PROCESSUAL POR VÁRIAS PERSPECTIVAS.....	101
1. Constituição, boa-fé processual e seu controle	101
2. De onde viemos: breves noções históricas sobre os ilícitos processuais	103
3. Aonde chegamos (1): institutos processuais de repressão à má-fé na legislação processual	109

4.	Aonde chegamos (2): o silêncio doutrinário sobre o controle da probidade processual.....	115
5.	Ainda: garantia de litigar deslealmente?	116
6.	Aonde chegamos (3): permissividade com a deslealdade processual nos tribunais	122
7.	Não culpe a lei: o que nos diz o estado de coisas?	134
3.	SISTEMATIZAÇÃO DOS ILÍCITOS PROCESSUAIS	140
1.	Relevância do <i>distinguo</i>	140
2.	Fatos jurídicos processuais ilícitos	142
3.	Classificação dos atos processuais ilícitos.....	153
4.	Sistematização aplicada às espécies de ilícitos processuais: litigância de má-fé, abuso de direito processual e ato atentatório à dignidade da justiça.....	166
5.	Responsabilidade por dano processual e ilícitos processuais	185
4.	LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ.....	190
1.	Litigância de má-fé no CPC/2015	190
2.	Função: repressão à litigância irresponsável como norte para a compreensão das hipóteses do art. 80 do CPC – revisão do elemento subjetivo	195
3.	Estrutura: as hipóteses de aplicação da litigância de má-fé.....	206
3.1.	Os tipos legais de condutas processuais ilícitas....	206
3.2.	Pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso (CPC, art. 80, I)	209
3.3.	Litigar contra precedente obrigatório equipara-se a litigar contra texto expresso de lei? – o chamado “dever de candura perante a Corte”	218
3.4.	Alteração da verdade (CPC, art. 80, II)	226
3.5.	Desvio ilegal da função do processo (CPC, art. 80, III)	242

3.6.	Resistência injustificada ao andamento processual (CPC, art. 80, IV).....	245
3.7.	Atuação processual temerária (CPC, art. 80, V).....	249
3.8.	Incidente manifestamente infundado (CPC, art. 80, VI)	257
3.9.	Recurso protelatório (CPC, art. 80, VII)	260
3.10.	Processo simulado ou fraudulento (CPC, art. 142)	266
3.11.	Descumprimento injustificado de ordem judicial (CPC, art. 536, § 3º)	271
3.12.	Assédio processual (ou <i>sham litigation</i>) – Análise do Recurso Especial 1.817.845-MS.....	273
3.13.	Litigância predatória	278
4.	A densificação de novas hipóteses de litigância de má-fé mediante a aplicação da boa-fé objetiva	303
5.	Visão dinâmica da litigância de má-fé e dos ilícitos processuais	311
6.	Sujeito passivo da condenação em litigância de má-fé	314
7.	Multa processual (I): características gerais e margem legal.....	327
8.	Multa processual (II): relação com outros mecanismos ..	333
9.	Condenação em perdas e danos	340
9.1.	Considerações gerais.....	340
9.2.	Mecanismos para apurar e certificar a indenização	343
9.3.	Litigância de má-fé e indenização por dano moral	352
10.	Condenação em despesas e honorários.....	354
11.	Decisão que reconhece litigância de má-fé	358
12.	Vias impugnativas	363
13.	Cumprimento da multa.....	366
CONCLUSÕES.....		373
REFERÊNCIAS.....		375